

HOMENS E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DAS MASCULINIDADES¹

Isabela Venturoza de Oliveira (USP)

Uma breve introdução

O presente *paper* está situado entre as discussões que buscam analisar o modo pelo qual se constitui o gênero, tendo como principal propósito compreender como tomam forma as masculinidades e, em específico, aquelas que se utilizam da violência nas relações. Como recorte empírico, delimito o “*Programa de responsabilização de homens autores de violência contra a mulher*”, coordenado pelo *Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde*, na zona oeste da cidade de São Paulo. Trata-se de um trabalho de reeducação através de reuniões semanais, em 16 encontros de duas horas, nas quais homens autores de violência são orientados a refletirem sobre seus atos, no sentido de se conscientizarem sobre sua responsabilidade e desenvolverem maior autocontrole e a capacidade de solucionar problemas sem o uso da violência. Desde 2010, a Vara Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Paulo encaminha os homens denunciados por crimes de lesão corporal dolosa (com intenção) à ONG após audiências especiais.

A partir de pesquisa etnográfica realizada neste programa de responsabilização de homens autores de violência, pretendo produzir um estudo que reflita não apenas sobre o caráter social da produção das masculinidades, mas também sobre como os significados são construídos. Nesse sentido, não basta afirmar que estamos versando sobre um fenômeno social; é preciso desenvolver uma compreensão que se preocupe em esclarecer ou ao menos levantar questões sobre os modelos de masculinidade que propagam comportamentos violentos. Tal esforço sinaliza principalmente o comprometimento com a ampliação do conhecimento produzido acerca das masculinidades, visto que a exploração de tal temática ainda se encontra em vias de consolidação, tanto na antropologia quanto nas demais áreas das ciências humanas.

¹ III ENADIR, GT 08 – Antropologia e Violência de Gênero.

Segundo Corsi (s. d., apud NATIVIDADE et al., 2007, p. 2), os programas de atenção à homens autores de violência contra mulheres tiveram início no começo da década de 80 em países da América do Norte, especificamente Estados Unidos e Canadá. Seu aparecimento teve como objetivo complementar os programas de atenção e prevenção da violência contra mulheres, considerando que a responsabilidade primária por tais violências seria de quem as exerce. Não se tratavam de tentativas de tratar uma “enfermidade”, mas de processos que buscavam a responsabilização do agressor frente a violência. Nesse sentido, Austrália, França, Reino Unido e países escandinavos tiveram experiências similares já na década de 90. Na América Latina, a Argentina foi a primeira a realizar intervenções, seguida de México, Nicarágua e Costa Rica. No Brasil, também já existem relatos de algumas iniciativas no campo², sendo o artigo de Oliveira e Gomes (2009) um bom ponto de partida para conhecer as experiências nacionais e o debate em torno das mesmas.³

O Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher, coordenado pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, está entre os sucessores de uma série de esforços que começaram a dar seus primeiros passos no final da década de 90, com iniciativas como os grupos de reflexão do Instituto Papai, de Recife, e do Instituto Promundo, do Rio Janeiro. Embora a atenção aos homens já se fizesse presente sob uma perspectiva de gênero desde os anos 80, foi somente na década seguinte que as intervenções realmente se materializaram (OLIVEIRA e GOMES, 2009, p. 2). Temas como afetos, emoções, paternidade, saúde sexual e reprodutiva, além da própria violência entre homens e contra mulheres passaram a compor uma agenda que viria a problematizar o que a bibliografia já sinalizava, isto é, a assimetria entre homens e mulheres e a própria produção social desta a partir da naturalização de certas oposições em termos de masculino e feminino.

Nesse sentido, os estudos de gênero se mostram como a esfera ideal para se problematizar a assimetria entre a experiência vivida de homens e mulheres e, especificamente, a violência que frequentemente compõe a interação entre ambos. Trata-se de

² Em São Paulo, além do programa coordenado pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, há o curso de “Reeducação Familiar” da Academia de Polícia do Estado de São Paulo (Acadepol). Em outros estados do país, podemos apontar, por exemplo, a experiência de Belo Horizonte (MG), criada e coordenada pela também pesquisadora Cláudia Natividade. Trata-se do programa “Andros: homens gestando alternativas para o fim da violência”.

³ Ver “Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros”, de Kátia L. C. De Oliveira e Romeu Gomes, publicado na revista *Ciência e Saúde Coletiva*.

empreender uma análise tanto das experiências individuais quanto da estrutura social mais ampla.

Assim, esta pesquisa surge com a proposta de compreender como as masculinidades, como representações e identidades de gênero, são socialmente forjadas, identificando o caráter construído de realidades amplamente entendidas como naturais. Para isso, toma-se como ponto de partida uma variedade de discussões que atravessam a questão de gênero, como, por exemplo, os trabalhos de Miguel Vale de Almeida (1995, 1996), entre outros autores que atualmente desbravam o campo das masculinidades. Tais produções podem ser úteis no exercício de compreensão da agressividade não como um traço natural da masculinidade, mas como algo produzido e reproduzido pela sociedade.

Diante desta proposta, faz-se necessário um olhar mais apurado sobre a realidade brasileira, que traz para o campo de discussão uma legislação relativamente avançada, mas que na prática parece não acompanhar tal avanço.⁴ A criação e aplicação da lei 11.340, conhecida como lei Maria da Penha, constitui um dos marcos no combate a violência contra a mulher no Brasil. Antes desta, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais eram responsáveis pela maioria dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher⁵, encarados como “causas cíveis de menor complexidade (Art. 3º)”, isto é, crimes de menor potencial ofensivo. Tais Juizados buscavam resoluções na forma de conciliação ou transação, o que poderia apontar para a produção da invisibilidade de certas violências. Em todo caso, Lima (2008) afirma que a criação da lei torna o Brasil o 18º país da América Latina e do Caribe a contar com uma legislação específica para casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

⁴ A crítica surge aqui da constatação de que, embora previstos pela lei, os centros de educação e reabilitação para agressores não são tão numerosos quando poderiam ser. Considerando as taxas de violência contra mulher, e ainda tendo ciência da existência massiva de subnotificação, cabe perguntar: por que este olhar marginal para os homens?

⁵ A coletânea “**Gênero, família e gerações: juizado especial criminal e tribunal do júri**”, organizada por Guita Grin Debert, Maria Filomena Gregori e Marcella Beraldo de Oliveira, traz uma reflexão extremamente pertinente sobre como qualificar os crimes que envolvem relações de consanguinidade e afetividade. Nesse sentido, é necessário perguntar no que implica utilizar expressões como “violência contra a mulher” (noção cunhada pelo movimento feminista a partir da década de 60), violência conjugal (noção que remete a violência contra a mulher no espaço das relações de conjugalidade), violência doméstica (abarcando manifestações de violência entre outros membros do núcleo doméstico, em evidência desde os anos 90), violência familiar (noção utilizada no campo judiciário e fortalecida pela lei “Maria da Penha” como violência doméstica e familiar contra a mulher) ou violência de gênero (ideia que lança uma crítica direta às visões essencialistas). Embora todas as expressões indiquem a existência de relações sociais assimétricas, optamos por trabalhar com o conceito de “violência de gênero”, na medida em que este coloca em relevo as preocupações mais recorrentes na discussão aqui desenvolvida.

A lei 11.340 “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” e prevê, também, no artigo 35, a criação e promoção de centros de educação e de reabilitação para os agressores. Neste ponto, vemos como os grupos com homens, em específico autores de agressões, ganham espaço em discursos institucionalizados e como parte da resolução de conflitos. Sobre as experiências verificadas, Moraes e Ribeiro (2012) afirmam que

As iniciativas de atendimento aos homens autores de violência doméstica são motivadas pela possibilidade de uma reeducação que atinja as subjetividades e às identidades desses homens. Trata-se, principalmente, de promover o reconhecimento da responsabilidade pela violência perpetrada, ressignificando assim as suas próprias relações de gênero. O objetivo, em última instância, é atingir a autodefinição identitária do homem agressor, e também introduzir novas ideias e formas de compreensão sobre os papéis sociais do homem e da mulher (MORAES; RIBEIRO, 2012, PP. 41-42).

Dessa forma, compreende-se que há a possibilidade de transformação dessas relações de violência e que, para isso, é preciso que não apenas as mulheres, mas os homens sejam também alvo das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Portanto, o presente estudo pretende se construir no campo em que as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres atingem os homens, não por um viés punitivo, mas na intenção de problematizar a violência e efetuar uma mudança na forma como esses homens enxergam o mundo e em sua forma de estar no mundo. Pretendo, em um primeiro momento, colocar à prova a hipótese na qual os comportamentos de gênero seriam produzidos e naturalizados como parte de uma dimensão social normativa, em que o gênero se constituiria, sobretudo como um fenômeno social na esfera pública. Nesse sentido, considero, como Butler (2004) ao pensar o corpo, que os comportamentos de gênero estariam também à mercê do mundo dos outros. Assim sendo, é através da reflexão sobre as masculinidades e na sua frequentemente forçosa relação com atributos como a agressividade que vejo a possibilidade de compreender como as identidades de gênero são produzidas – assim como passíveis de negociação – e transformadas em alicerces para a reprodução de assimetrias e violências. A urgência de tal problematização surge de preocupações que, longe de serem puramente conceituais, estão também politicamente situadas. Trata-se de um esforço no sentido de problematizar e participar da desconstrução de desigualdades tão marcadamente naturalizadas pelo social.

Sobre questões de relevância para os estudos de gênero

Ao pensar os estudos de gênero como campo especializado, trilhamos um percurso que perpassa pela compreensão do gênero como categoria analítica e que contempla uma série de teorias de grande relevância para o entendimento da questão das masculinidades. Nesse contexto, o presente estudo pretende inicialmente dialogar com autores que constroem uma análise não apenas sobre a categoria de gênero, mas também sobre sexualidade, violência e a relação que estas mantêm entre si. No presente estudo, pretende-se compreender também a intersecção com outros marcadores sociais da diferença produzidos cultural e historicamente, acreditando na existência de implicações diretas no que diz respeito à produção de diferentes sistemas hierárquicos. Entende-se a articulação entre gênero e outras categorias como parte de uma forma de organizar e entender o mundo, marcada por convenções, representações e saberes construídos em torno de categorias como classe, etnia, raça, sexualidade, gênero etc. São elementos que se expressam nas práticas e relações cotidianas, produzindo e reproduzindo símbolos que ordenam a vida social e que, por vezes, acabam por criar e reforçar assimetrias entre os representantes das mais diversas categorias. Por outro lado, o estudo propõe-se também a operar no sentido de preencher as lacunas que já foram apontadas por Miguel Vale de Almeida (1995) naquilo que correspondeu ao seu próprio esforço em diminuir a escassez de estudos sobre gênero que abordem especificamente a questão da produção das masculinidades⁶. O autor alerta para a necessidade de que a antropologia e, em específico, os estudos de gênero olhem com mais atenção para espaços até então pouco explorados. Assim sendo, a escolha por Vale de Almeida como um interlocutor vem se justificar pela compreensão de que há na área um enfoque menos privilegiado da questão de gênero, isto é, aquele que se debruça sobre a problemática da constituição e produção das masculinidades.⁷

⁶ Refiro-me a “Senhores de si. Uma interpretação Antropológica da Masculinidade”, publicado em 1995, a partir de pesquisa realizada em uma aldeia alentejana, em Portugal, e no qual Vale de Almeida pretende oferecer uma contribuição ao estudo da masculinidade na área dos estudos de gênero, procurando transcender a típica sobreposição entre *estudos de gênero* e *estudos de mulheres*, assim como recusando os aspectos revanchistas de alguns *men's studies*.

⁷ Para uma ampliação da discussão sobre masculinidades, ver: *MASCULINITIES*. Robert W. Connell. 2. Ed. University of California Press, 2005; *MANHOOD IN AMERICA: A cultural history*. Michael S. Kimmel. 3. Ed. New York: Oxford United Press, 2011; *A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE*. Pedro Paulo de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2004; *MASCULINIDADES*. Mônica Schpun (Org.) São Paulo: Boitempo, 2004; *HANDBOOK OF STUDIES ON MEN & MASCULINITIES*. Michael S. Kimmel, Robert W. Connell e Jeff Hearn (Orgs.) Sage Publications, Thousand Oaks, 2004.

O estudo pretende, assim, pensar sobre como a violência e a agressividade se tornariam matéria na constituição de alguns homens, recusando a premissa de que estas estariam sempre ali, inscritas em algum tipo de destino biológico do qual não poderiam escapar. Para Mauss (2003), os atos se impõem de fora, do alto e constituem uma questão de educação. As técnicas corporais, assim como atributos dentre os quais figura a agressividade, podem variar, por exemplo, de acordo com o sexo, mas não porque o dimorfismo sexual determine tais características. O que se propõe aqui é que a dicotomia natureza/cultura tenha suas fronteiras borradas e que no lugar dela enxerguemos que “tanto o corpo sexuado como o indivíduo com gênero são resultados de processos de construção histórica e cultural” (VALE DE ALMEIDA, 1995).

Para Mauss (2003), cada sociedade educa os indivíduos a saberem ou aprenderem aquilo que devem fazer em todas as condições. Nesse sentido, percebemos que, mais do que isso, no contexto que analisamos, certas condutas são mais respeitadas do que outras. Segundo Vale de Almeida (1995), os homens se diferenciam uns dos outros, mesmo com a existência de um modelo central de masculinidade, a chamada “*masculinidade hegemônica*”, isto é, há entre os homens concretos e o ideal de masculinidade uma diversidade de experiências e identidades que assinalam a existência de outras masculinidades possíveis, as masculinidades subordinadas. O autor ainda alerta para o fato de que há uma variabilidade individual das identidades masculinas, que contempla alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou em diferentes situações de interação. Baseando-me em tal perspectiva, considera-se o caráter móvel e contingente da relação entre masculinidade e violência, que é perpassado também por outras formas de diferenciação social, como cor, escolaridade, classe etc., frequentemente articuladas em uma relação direta, equivocada e inexistente com a agressividade.

Esta reflexão sobre o caráter plural e mutável das identidades de gênero em que se localizam as masculinidades está fortemente influenciada por aquilo que Butler (2003) escreveu sobre a noção de identidade. Para a autora, a identidade não é fixa, coerente e contínua, sendo muito mais uma realidade performativa (e passível de variações). A identidade constitui um ideal normativo, que impõe continuidade e coerência, mas estas somente são possíveis através de práticas regulatórias que marcam e conformam os corpos. Paralelamente, ecoando as proposições de Foucault, a obra de Butler sugere também uma compreensão de sujeito que se alinha ao que a presente pesquisa utiliza como fundamento.

Nessa perspectiva, as masculinidades seriam constituídas, mas nunca plenamente; estariam as identidades em um processo contínuo de produção. Mais do que isso, Butler diria que não somos tão somente “base nem produto, mas a possibilidade permanente de um certo processo de ressignificação, que é desviado e bloqueado mediante outro mecanismo de poder, mas que é a possibilidade de retrabalhar o poder” (BUTLER, 1998).

Nesse sentido, procuro olhar para a maneira como a masculinidade se constitui, na contínua operação de mecanismos culturais de classificação e diferenciação, cujos efeitos podem se expressar, por exemplo, num possível fortalecimento de um modelo agressivo de masculinidade. Trata-se de lançar luz a esse complexo sistema de organização da vida, que modela e conforma as identidades em dois polos opostos, impondo significado e descrevendo cada comportamento, mas também atuando de maneira normativa e relegando àqueles que transgridam o modelo um lugar marginal no meio social.

Um aprofundamento na articulação entre gênero e violência

A articulação entre violência e gênero tem se tornado objeto de uma infinidade de investigações no campo das ciências sociais. Na presente pesquisa, aparece como um segundo momento de uma preocupação que foi desenvolvida em estudo anterior⁸, realizado com o intuito de problematizar o modo como os discursos policial, médico e jurídico colaboravam com a definição e regulação dos comportamentos de gênero. Tal estudo pretendeu analisar como uma série de discursos operava avaliando, controlando e determinando o que era certo e errado em relação aos comportamentos de gênero das mulheres vítimas de crimes sexuais e outras violências. Motivada inicialmente pelo incômodo com a questão da violência de gênero na sua forma física, a pesquisa passou, após leituras que privilegiavam um questionamento sobre gênero e formação da identidade, a pensar cada vez mais corpo e gênero como alvos de discursos preocupados em operar principalmente como defensores de um imaginário em que os indivíduos, homens e mulheres, deveriam desempenhar papéis fixos e previamente definidos, sem qualquer espaço para ambiguidades. Assim, a preocupação principal era com a

⁸ Refiro-me à pesquisa de Iniciação Científica “Do simbólico ao físico: um olhar sobre o corpo da mulher violada”, realizada em Marília (SP), de março de 2011 à outubro de 2012. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com a previsão de 22 meses de duração, a pesquisa esteve entre os trabalhos agraciados com menção honrosa na edição de 2011 do Congresso de Iniciação Científica da UNESP.

regulação de formas corretas e nem tão corretas de ser mulher e com as violências acarretadas por uma possível transgressão.

No presente momento, o que se propõe é enveredar por outro caminho e refletir sobre a constituição das masculinidades e os contextos nos quais os homens se tornam autores de agressões. Trata-se de contribuir no preenchimento de uma lacuna com a qual os *estudos de gênero* só começaram a lidar a partir de trabalhos como os de Miguel Vale de Almeida e Raewyn Connell, cujas pesquisas, inclusive, dialogam.

No Brasil, temos nos estudos realizados pelas pesquisadoras Guita Grin Debert e Maria Filomena Gregori subsídios suficientes para iniciar uma problematização da violência de gênero no contexto da sociedade brasileira contemporânea. As autoras se propõem a analisar como a violência se articula nas relações marcadas pelas diferenças de gênero e acabam por produzir um material que pode servir de guia em um questionamento sobre a articulação entre violência e masculinidade. Gregori (2003) afirma que até a década de 80, a violência era tomada pelos diferentes feminismos como um “fenômeno resultante do *phalluscentrismo* ou do patriarcalismo” e adverte que “um dos problemas desse tipo de definição é o de limitar a discussão sobre violência no interior de uma dualidade estabelecida entre vítima X algoz” (GREGORI, 2003, p. 90). Nesse sentido, esclarece que “as cenas de violência só são inteligíveis através de análises sistemáticas das relações em que elas ocorrem”, assim como considerando “o elemento da parceria”. Por outro lado, a autora também menciona uma vertente mais atual do feminismo que busca pensar também sobre as construções discursivas de gênero e de violência. Tal tendência lança luz ao caráter *engendered* da violência, como algo frequentemente “perpassado pela assimetria sexual e de gênero” (GREGORI, 2003).

No artigo “Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas”⁹, Debert e Gregori dão continuidade a essa forma de dissecar a realidade, levantando problemas e não apenas fornecendo explicações ordenadas e simplificadoras. Para refletir sobre “os paradoxos que envolvem as relações violentas, em uma abordagem que não abandona as dinâmicas concretas e experienciais de que elas são revestidas,” adotam “uma perspectiva que acredita na coexistência de vários núcleos de significado que se sobrepõem, se misturam, e estão

⁹ Publicado em 2008, no nº 66, vol. 23, da Revista Brasileira de Ciências Sociais.

permanentemente em conflito” (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 178). Orientado por este ponto de vista, o estudo pretende discutir a relação entre masculinidade e violência.

Assim como Henrietta Moore (2000), busca-se enxergar o fenômeno da violência considerando a importância da auto-representação e da avaliação social que se encontra frequentemente ligada à ocorrência de agressões em relacionamentos interpessoais. A antropóloga afirma que fantasias de identidade estariam ligadas a fantasias de poder, que desencadeariam violências como resultado de ameaças antes percebidas que reais. “Por exemplo, esposas são muitas vezes espancadas por infidelidades imaginárias, o que torna a violência e a ameaça de violência mais eficaz como meio de controle social” (MOORE, 2000, p. 40). E, entre as fantasias de identidade e as fantasias de poder, não apenas a violência entre mulheres e homens apareceria, mas também entre os próprios homens, ainda como parte de estratégias sociais na manutenção de modos de representação da masculinidade.

Quando observado por essa perspectiva, o fenômeno se mostra como resultado de discursos dominantes que representam a violência de maneira altamente *en-gendered*, isto é, relacionada à masculinidade. Nesse sentido, esta pesquisa pretende produzir uma compreensão dos significados que envolvem a violência em sua relação com a manutenção de modelos de masculinidade. Violência e gênero são aqui os pilares de uma reflexão que passa necessariamente pelo questionamento da forma como se constroem as identidades marcadas por critérios rígidos de classificação e diferenciação.

Considerações finais

Partindo do mapeamento daquilo que já foi produzido em termos de uma reflexão sobre gênero e no trabalho antropológico de caráter etnográfico e qualitativo, o presente estudo ainda se encontra em seu estágio inicial. Contudo, dá seus primeiros passos em uma inserção no campo, realizada a partir de contatos com pessoas envolvidas com o Grupo de Responsabilização e prevendo, em um futuro próximo, a audição das reuniões do grupo com homens e aplicação de entrevistas semiestruturadas com pessoas ligadas ao Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher, incluindo homens autores de agressões indicados pelos coordenadores do grupo.

A partir disso, a pesquisa pretende lançar luz ao caráter predominantemente social da construção das masculinidades, demonstrando, assim, como a naturalização da relação entre certos atributos e identidades, como a agressividade e o masculino, não constitui mais do que uma forma localizada – tanto no espaço quanto no tempo – de organizar o mundo. A diferença entre os sexos (e, por consequência, entre os atributos a que remetem) é construída e colocada em ação através do discurso, de maneira a não apenas estar ligada a ideias, “mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais” (SCOTT, 1990). Ao contrário do que se possa pensar, a questão não reside na negação de diferenças anatômicas, mas em esclarecer que estas certamente não se apresentam apenas como coisas prontas, cristalizadas na forma de “realidades biológicas primárias”. São antes de tudo produtos de “uma estrutura social movediça” historicamente determinada, que tem no modelo dos dois sexos, tão bem explorado pelo historiador Thomas Laqueur (2001), apenas uma entre múltiplas possibilidades de enxergar o mundo.

Nesse sentido, acredita-se que os homens autores de agressões expressam não um todo unificado, mas realidades nem sempre idênticas, isto é, são indivíduos com profissões, idades e escolaridades distintas, que, de alguma forma, passaram a reproduzir uma masculinidade culturalmente moldada que tem entre suas principais características a agressividade.

O objetivo é enxergar através das falas a maneira como se constituíram os hábitos, discursos e comportamentos de cada um daqueles sujeitos, como um reflexo possível dos contextos de onde se originaram. Seria a agressividade anterior às próprias agressões? Em outras palavras, seriam os contextos em que violência e práticas que refletem relações de poder desiguais entre homens e mulheres um dos componentes da trajetória desses indivíduos?

Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Género, Masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal*, Anuário Antropológico/95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. “Masculinidade”, verbete no Dicionário da Crítica Feminista, org. Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral. Porto: Afrontamento, pp. 122-123, 2005.

_____. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/06, de 22 de Setembro de 2007. Disponível em: <http://www.contee.org.br/secretarias/etnia/lei_mpenha.pdf>.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 11, pp. 11-42, 1998.

_____. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Undoing gender*. New York and London: Routledge, 2004.

CANO, Gabriela. Amélio Robles, andar de soldado velho: fotografia e masculinidade na Revolução Mexicana. Cadernos Pagu, Campinas, n. 22, junho, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Crambridge: Polity Press, 1995.

CORSI, Jorge. *Programas de intervención con hombres que ejercen la violencia. Documentación de apoyo – Fundación Mujeres*. [s.d.]. In: NATIVIDADE, C ; PESSALI, Fátima ; PAULA, Alessandro Vinícius de ; COSTA, Antônio . *Grupo reflexivo de gênero: relato de intervenção psico-educativa com homens que exercem violência contra mulheres*. In:

XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007, BH. XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007. p. 62-62.

DEBERT, Guita Grin. (org.); GREGORI, Maria Filomena (org.); OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (org.). Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri. 1. ed. Campinas: Pagu / Núcleo de Estudos de Gênero - UNICAMP, 2008. v. 500.

DEBERT, Guita Grin e GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev,2008, vol. 23, n. 66, pp.165-185.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Vol. 1, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. Cadernos Pagu, Campinas, v. 20, pp. 87-120, 2003.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, v. 22, pp. 201-246, 2004.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LIMA, Daniel Costa. Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: desafios e possibilidades. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Cadernos Pagu, n. 14 – Corporificando gênero –, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero / Pagu, Unicamp, 2000.

MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 11, Aug. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de março de 2013.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, May 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de março de 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 17, n. 1, abril, 2009. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

PISCITELLI, Adriana Garcia; CORRÊA, Mariza. Flores do colonialismo. Masculinidades numa perspectiva antropológica. Entrevista com Miguel Vale de Almeida. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, pp. 201-231, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Porto Alegre, Educação e Realidade*, n.16 (2), jul./dez., 1990.